

Estados poderão rolar total da dívida em 1990

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso votará hoje o substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias — que pretende conter gastos públicos e enxugar pessoal sem demissões —, e nas discussões de ontem uma emenda já foi aceita pelo relator, deputado José Serra (PSDB/SP): os Estados, municípios e empresas de economia mista vão poder rolar toda a dívida externa que vence em 1990 com aval da União.

Segundo o deputado Manoel Moreira (PMDB/SP), ligado ao governador Orestes Quércia, se o primeiro substitutivo de Serra fosse mantido, com fixação do teto máximo de rolagem em 75%, o Estado de São Paulo teria dificuldades para prosseguir vários projetos: o governador já teria contratado mais de US\$ 2 bilhões em empréstimos para aplicar no último ano de governo.

Pelo acordo do ano passado entre o Executivo e o Legislativo, este ano os Estados rolariam 92% da dívida a vencer e pagariam 8%. A nova regra inserida na Lei de Diretrizes valerá só para 1990. O governo deverá enviar um projeto de lei para definir, em caráter de urgência, quanto os Estados e municípios pagarão da dívida vencida.

Os Estados e municípios não se livraram dos encargos (juros e comissões) dos empréstimos concedidos até 1º de janeiro de

1990 — item que representará para São Paulo um pagamento de US\$ 320 milhões. O projeto de lei do Executivo sobre o refinanciamento pela União da dívida externa dos Estados, municípios e empresas de economia mista deverá ser enviado ao Congresso até 5 meses antes do encerramento do atual exercício financeiro, ou seja, até agosto.

O relator não mudou as limitações aos gastos públicos impostas ao novo governo. O substitutivo não mexeu nos programas de reaparelhamento das Forças Armadas. “São projetos que já estão em andamento”, alegou Serra. Na reunião de ontem, ele conseguiu manter o apoio da maioria da Comissão Mista para o seu substitutivo, evitando fossem criadas mais despesas, como as pretendidas pelo deputado José Carlos Vasconcelos, que pregava maior liberalidade para Estados e municípios pagarem os encargos da dívida vencida. A idéia não vingou.

“É preciso consciência”, sustentou Serra, “pois se tirarmos recursos de um item teremos que tapar o buraco com dinheiro de outras rubricas”. Ele revelou dados da assessoria do Senado, segundo os quais só este ano a União gastará mais de 89% da receita tributária disponível com a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos.